

2.

Discernimento cristão: fundamentação bíblico-teológica

Este será um capítulo introdutório, onde traremos aspectos bíblicos e elementos de antropologia a fim de fundamentar a nossa temática. Veremos que Inácio faz parte de uma tradição já testemunhada pelo povo do Antigo Testamento e continuada no Novo Testamento com a pessoa de Jesus, Paulo e João. Mais, elementos de antropologia nos ajudarão a justificar a capacidade humana de escolher e decidir livremente.

2.1.

Vivência cristã e discernimento: “do mundo sem ser do mundo”

Desde os profetas bíblicos até os dias de hoje não é difícil perceber que a instância do discernimento acompanha a vida do Povo de Deus. Em meio a luzes e sombras, essa existência foi e continua sendo chamada a percorrer seu caminho mais verdadeiro. Isso nada mais é do que vida de fé fundada no Espírito de Deus e não na sabedoria dos homens (cf. 1Cor 2, 5)¹, ou seja, atraída por Ele e vivida Nele, em todos os seus aspectos.

A dinâmica da existência cristã, por sua vez, não se coloca à parte daquela que é comum a todas as pessoas. Desse modo, “possui todas as características da mesma. [...] [É] constituída por pensamentos, sentimentos, atividades, tendências e relações com os demais, com as coisas, com o mundo e com a sociedade”². Assim, os cristãos não são chamados a viver de modo extraordinário, mas “na normalidade do dia-a-dia, onde tudo é graça a ser vivida”³. É, enfim, uma vida no mundo, mas sem ser do mundo⁴.

A antiga Carta a Diogneto descreve com precisão e beleza o modo como os cristãos devem viver neste mundo. Certamente, é fruto de uma profunda reflexão e tomada de consciência garantida pela própria experiência espiritual daquela

¹ A tradução da Bíblia utilizada por nós é: A BÍBLIA DE JERUSALÉM. 5ªed. São Paulo: Paulus, 1996.

² RANDLE, Guillermo. *La ciencia del espíritu: adiestramiento integral para acompañantes espirituales: dimensión funcional de la teología espiritual*. 1ªed. Buenos Aires: San Benito, 2006. p. 32. Tradução nossa.

³ CUSTÓDIO FILHO, Spencer. *Exercícios na vida cotidiana (EVC): fichas do exercitante*. 8ªed. São Paulo: Loyola, 2004. p. 47.

⁴ Cf. A Carta a Diogneto. Petrópolis: Vozes, 1976. Cap. VI.

comunidade. Portanto, decorrente do diálogo misterioso entre o Espírito Santo, protagonista de todo processo de discernimento cristão, e a comunidade, e não de um mero processo dialético-intelectual. Desse diálogo irrompe um confronto constante, para daí surgir uma resposta que gere compromisso com “aquele que sabemos que nos ama”⁵. Da resposta dócil e consciente o ser humano entra num “dinamismo ininterrupto de transformação interior e de renovação, capaz de permitir reconhecer a vereda que Deus traça e segui-la”⁶. Confronto constante e dinamismo ininterrupto são realidades intrínsecas à vida cristã. Quer dizer, o discernimento não é uma instância reservada apenas a alguns cristãos, mas destinada a todos eles. Desse modo, é que se pode afirmar que “o discernimento, [...], é o verdadeiro modo, [...], de poder colocar em prática e escolher as diversas opções concretas, e a estratégia apostólica mais adequada, porque não é outra coisa que descobrir – aqui e agora – o querer de Deus”⁷. O discernimento faz parte da vida do homem de fé, vida segundo o Espírito Santo. Portanto, o cultivo da vida interior para os cristãos não é um algo a mais, mas uma realidade “imprescindível para viver abertos às surpresas de Deus”⁸ e colocá-las em prática.

2.2.

O discernimento espiritual na Sagrada Escritura

2.2.1.

Nos profetas bíblicos

Apesar do termo “discernimento” não aparecer nas linhas do Antigo Testamento, sua realidade pode ser percebida em vários momentos e situações. É certo também que sua prática ainda era um tanto mecanicista, já que a compreensão de Deus e do ser humano estava muito mais ligada aos sinais externos e na autoridade do que nas intuições ou inspirações interiores.

⁵ SANTA TERESA DE JESUS. *Livro da Vida*. 7ªed. Tradução das carmelitas descalças do Convento de Santa Teresa, Rio de Janeiro. São Paulo: Paulus, 1983. p. 59 (V 8, 5). Título original: *Libro de la Vida*. A partir de agora, para citação do *Livro da Vida* utilizaremos apenas a sigla V seguida do número correspondente no corpo do texto.

⁶ BARRUFO, A. Discernimento. In: DE FIORES, Stefano; GOFFI, Tullo. (Dirs.). *Dicionário de Espiritualidade*. 2ªed. São Paulo: Paulus, 1993. p. 284.

⁷ RANDLE, G. *La ciencia del espíritu*. p. 34. Tradução nossa.

⁸ PAGOLA, José Antônio. *O caminho aberto por Jesus*: Mateus. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 168.

Frequentemente encontramos nos versículos do Antigo Testamento exemplos de profetas entranhados pelo desejo de fazer cumprir, aqui e agora, o querer de Deus, não se limitando à maneira vigente dessa realização. Ao contrário, questionavam as maneiras de Deus se revelar na História e não podiam aceitar o retrato de um Deus tão arbitrário e intransigente. Nesse ponto, a ideia de Deus também era objeto de discernimento.

Já que participamos da sabedoria divina não seria, então, correto dizer que o modo como Deus se revela contradiz a compreensão humana. Ou seja, “podemos usar nossa razão incorretamente e extrair conclusões errôneas. Mas, na medida em que usamos nossa inteligência corretamente, nunca podemos chegar a conclusões que a compreensão de Deus contradiz”⁹, mesmo que nossa filosofia esteja muito aquém da sabedoria de Deus. Os profetas, dessa maneira, escapam da imagem de um Deus “monarca absoluto”, fazendo valer a liberdade humana e a responsabilidade pessoal resultando em um discernimento mais autêntico. Em meio às intempéries do contexto da época, eles instigam grande porção do povo, inclusive os seus chefes e reis, para que a vontade de Deus seja cumprida. E mais, progredir nessa compreensão (de Deus) era necessário já que grande era a “presença de falsos profetas que opõem à palavra de Adonai oráculos que acreditavam terem sido inspirados do alto”¹⁰.

Esse desejo do profeta nasce, no fundo, da sua própria experiência, o que o leva a justificar sua mensagem a partir do relato da própria vocação. Além do mais, sua profecia possui critérios que a diferenciam das outras, apesar de ser muitas vezes incompreendido. Na disputa com o profeta Hananias, por exemplo, Jeremias insiste na inverossimilidade da profecia daquele. No final, Jeremias profetiza que naquele mesmo ano Hananias morreria o que, de fato, aconteceu, por ter incitado o povo a confiar em uma mentira (cf. Jr. 28). Nessa atitude de anunciar e denunciar, um dos sinais, portanto, que autentica a mensagem do profeta é o seu cumprimento, dentro de um prazo breve. Outro ainda é sua conformidade com a doutrina javista: “Se eles estivessem presentes no meu conselho, teriam feito o meu povo ouvir a minha palavra e o teriam feito retornar de seu caminho mau e da maldade de suas ações” (Jr 23, 22). Além disso, o

⁹ GREEN, Thomas H. *Ervas daninhas entre o trigo: discernimento: onde oração e ação se encontram*. São Paulo: Loyola, 2005. p. 37.

¹⁰ RANDLE, G. *La ciencia del espíritu*. p. 46. Tradução nossa.

profeta deve ser coerente naquilo que profetiza. A realização de um fato extraordinário nada tem de valor se não vier em conformidade, por exemplo, com a estrutura da religião de Israel; mais ainda, se não estiver coerente com a própria conduta do profeta.

O discernimento não possui, portanto, caráter aleatório e/ou abstrato, mas está enraizado na vida (objetivo), na vocação (subjetivo), na comunidade (povo de Israel), no mundo (testemunho transmitido através da História), apontando sempre para a vontade de Deus. Daí, dizemos que “o critério último de discernimento profético é juntamente subjetivo e objetivo. Este consiste no acordo de um homem que se sabe enviado de Deus para falar a um povo que reconhece na palavra que lhe é dirigida, a palavra de Deus que funda sua existência como povo de Deus”¹¹.

Essa prática espiritual do profeta de descobrir o plano salvífico de Deus para si e para o povo, nada mais é do que exercício de discernimento, condição para a santidade, o que encontramos também, sobremaneira, no livro da Sabedoria:

Por mais perfeito que seja alguém entre os filhos dos homens, se lhe falta a Sabedoria que vem de ti, de nada valerá. Ela sabe o que é agradável a teus olhos e o que é conforme aos teus mandamentos. Dos céus sagrados, envia-a, manda-a de teu trono de glória para que me assista nos trabalhos, ensinando-me o que te agrada. E ela, que tudo sabe e compreende, prudentemente me guiará em minhas ações e me protegerá com a sua glória. Quem conhecerá tua vontade, se não lhe dás Sabedoria enviando dos céus teu santo espírito? Somente assim foram retos os caminhos dos terrestres, e os homens aprenderam o que te agrada, e a Sabedoria os salvou (Sb 9, 6.9b-11.17-18).

O discernimento espiritual (ou a Sabedoria divina) nos ajuda a diferenciar o valioso do efêmero; sendo um dom que ultrapassa os ideais humanos, pois capta a Lei do Senhor, gerando um compromisso de vida mais autêntico. Propõe uma vida, uma mentalidade, ações e reações formadas não só a partir do plano moral e civil, mas, também e principalmente, a partir do Espírito divino.

O exercício do discernimento é um imperativo vital para os profetas. Podemos, inclusive, encontrar posturas muito parecidas em Isaías e Jeremias. Em Is 1, 3 a percepção comunicada é a de que até mesmo um boi ou um asno **conhecem** seus donos, no entanto, Israel não **conhece** seu Deus. Jeremias se queixa da ignorância do povo: lerdo para o bem e ágil para o mal. Assim como Isaías, se refere também aos animais e fala que mais atentas são as aves do céu,

¹¹ Ibid., p. 47. Tradução nossa.

pois conseguem **conhecer** o momento de suas migrações. Já “o meu povo não **conhece** o direito do Senhor” (Jr 8, 7)¹².

Que conhecimento é esse tão importante que o povo eleito despreza, como observam os profetas? Por que é tão importante? Segundo Randle, “é um conhecimento em ordem a diferenciar onde está Deus e onde não [está] nos acontecimentos da vida, para tomar decisões de acordo com tal conhecimento”¹³. Portanto, não é um conhecimento meramente racional, abstrato ou teórico, mas aquele que encontramos no livro da Sabedoria que consegue diferenciar o que é de Deus e o que não é de Deus. Ou, igualmente, aquele conhecimento de que tanto nos fala Inácio de Loyola nos Exercícios Espirituais, e que pode ser pedido¹⁴: “pedirei [...] conhecimento interno do Senhor [...], para que mais o ame e o siga”¹⁵.

E por que é tão grave essa ignorância? A ausência desse conhecimento é sinônimo de imaturidade humana e espiritual; e também de confusão. Porque incapaz de diferenciar o positivo do negativo, o ser humano não conseguirá assumir responsabilidades (não seria, portanto, um sujeito livre), muito menos identificar as diversas moções¹⁶ interiores para escolher o melhor caminho a seguir. Resulta também em certa inconstância na vida, pois não há clareza suficiente nas escolhas. Portanto, o discernimento, que nasce “de uma sensibilidade cheia de fidelidade [...] à aliança [de Deus], do reconhecimento de seus benefícios, da comunicação e intimidade com Ele, do amor”¹⁷, garante uma vida mais coerente e feliz. Em outras palavras, uma vida mais voltada para o reconhecimento de Deus e de sua ação na História e na história de cada pessoa. Em Deus não há confusão ou mescla entre luz e trevas; com Ele sempre seguimos o melhor.

¹² Grifo nosso.

¹³ RANDLE, G. *La ciencia del espíritu*. p. 48. Tradução nossa.

¹⁴ “Dos céus sagrados, envia-a, manda-a de teu trono de glória para que me assista nos trabalhos, ensinando-me o que te agrada” (Sb 9, 10).

¹⁵ SANTO INÁCIO DE LOYOLA. *Escritos de Santo Inácio: Exercícios Espirituais*. Tradução R. Paiva. 3ªed. São Paulo: Loyola, 2006. p. 53 (EE 104). Título original: Ejercicios Espirituales. A partir de agora, para citação das anotações de Santo Inácio cotidas no livro dos *Exercícios Espirituais* utilizaremos apenas a sigla EE seguida do número correspondente no corpo do texto.

¹⁶ Segundo Werner, moções “são dinamismos interiores que atraem a pessoa para algo. São propostas interiores (sugestões) vindas de fora do querer de quem as experimenta. Aparecem como pensamentos [...] e produzem reações emocionais [...]. Podem ser descritas também como movimentos ‘dentro da pessoa’ que ‘puxam’ para algo, sendo sentidas como apelos, chamamentos ou atrações”. WERNER, Cláudio. Rodapé 256. In: SANTO INÁCIO DE LOYOLA. *Escritos de Santo Inácio: Exercícios Espirituais*. 3ªed. São Paulo: Loyola, 2006. p. 119.

¹⁷ RANDLE, G. op. cit., p. 49. Tradução nossa.

O discernimento, dom de Deus, é, dessa forma, um convite a fazer o bem e buscar o justo: “Tirai da minha vista as vossas más ações! Cessai de praticar o mal, aprendei a fazer o bem! Buscai o direito, corrigi o opressor! Fazei justiça ao órfão, defendei a causa da viúva” (Is 1, 16-17)!

A grande missão dos profetas pode ser resumida da seguinte maneira: exortar Israel, inclusive seus reis e chefes, a inclinar o coração para Deus e seguir seu plano salvífico, o qual, inúmeras vezes, se deparava com as resistências do povo.

2.2.2.

Em Jesus Cristo, referencial central do discernimento cristão

Paulo Pedreira traz um sentido muito significativo do discernimento quando nos diz que ele “nos prepara para responder a pergunta mais fundamental e importante de toda a nossa existência: como acertar na vida, como empregar bem o maior dom que recebemos de Deus, a nossa liberdade”¹⁸?! Em outras palavras, o discernimento nos predispõe para corresponder a uma proposta, não aleatoriamente, mas consciente e livremente. Disso, podemos dizer que uma sua importância essencial é ser impulso que nos leva a decidir pela vontade de Deus, a comungar com sua Verdade, Jesus Cristo.

A expressão “vontade de Deus” compreende a referência ao Deus de Jesus Cristo. Por isso, aderir a essa vontade é ao mesmo tempo decidir-se por Cristo, pois “Ele é a imagem do Deus invisível” (Cl 1, 15). Isso significa que renunciar ao próprio instinto egoísta e confiar no Deus que nos pede e deseja um “sim”, como o fez, por exemplo, Maria de Nazaré (cf. Lc 1, 26-38), visto que sua vontade (de Deus) é sempre nova e diferente; e considerar, como o apóstolo Paulo: “o que era para mim lucro eu o tive como perda, por amor de Cristo. Mais ainda: tudo eu considero perda, pela excelência do conhecimento de Cristo Jesus, meu Senhor. Por ele, eu perdi tudo e tudo tenho como esterco, para ganhar a Cristo e ser achado nele” (Fl 3, 7-9a), é indispensável para o bom e autêntico discernimento; é indispensável para encontrar aquele tesouro que vale a pena deixar tudo (cf. Mt 13, 44-46); é indispensável ainda para descobrir um pouco a experiência de Deus que teve Jesus Cristo e saborear a verdadeira alegria. Jesus,

¹⁸ FREITAS, Paulo Pedreira de. *No calor do abraço divino: resgatando o discernimento orante do 2º tempo*. Revista de Espiritualidade Inaciana, ITAICI, n. 47, p. 41, mar. 2002.

possuidor do discernimento infalível, vem colocar em movimento o nosso discernimento titubeante, às vezes embotado ou paralisado. É nele e não em nós mesmos que reconhecemos a vontade do Pai.

Os cristãos são chamados a serem outras “Marias”; outros “Paulos”; outros, enfim, “Jesus”. Neles encontramos algo em comum: a diligente abertura ao Espírito de Deus; a fidelidade ao seu chamado, ao seu amor, tudo em clima de muito discernimento e liberdade.

Todavia, a radicalidade do discernimento aparece na pessoa de Jesus de Nazaré. Ele é o protótipo do discernimento cristão; nele podemos discernir mais finamente. Em qualquer circunstância, discernir os caminhos que levavam à vontade do seu Pai foi para ele tarefa incansável; levava “uma vida de amor de discernimento e tornou-se para nós o objeto de nosso próprio discernimento”¹⁹. Além de nos ajudarem a perceber essa prontidão, os relatos evangélicos nos mostram um Jesus que não se conformava com os possíveis da vida, mas dentre os possíveis escolhia sempre aquele que mais agradava o coração de Deus²⁰. Entre ele e o Pai havia verdadeira relação de comunhão e solidariedade.

Contudo, como entender e afirmar que Jesus discernia, já que o discernimento pressupõe obscuridade, incerteza e confusão? Jesus, tendo consciência divina, não tinha tudo perfeitamente claro desde o início? Mais ainda, como afirmar um discernimento infalível? Veremos que Jesus discernia e que só ele discernia infalivelmente.

Ao contrário do que geralmente supomos, a imagem de um Jesus que desde o ventre de Maria compreendia quem era e qual a sua missão, os relatos evangélicos nos apresentam um Messias que se nos revela com a própria existência que nossa vida é luta, havendo, portanto, um adversário que deve ser combatido. No episódio das tentações no deserto observamos isso claramente. Aquele que triunfou sobre o mal não é indiferente às nossas fraquezas, “pois ele mesmo foi provado em tudo como nós, com exceção do pecado” (Hb 4, 15b). Viveu nossa vida, experimentou o sofrimento, solidarizou-se com os seus. Assim, teve um discernimento vivido, concreto, sabido por experiência e não pelo

¹⁹ GREEN, T. H. *Ervas daninhas entre o trigo*. p. 53.

²⁰ Cf. CUSTÓDIO FILHO, S. *Exercícios na vida cotidiana* (EVC). p. 16. Em conformidade com o comportamento de Jesus que diante dos possíveis da vida escolhia somente aqueles que mais agradavam ao Pai, citamos o apóstolo Paulo que em Rm 12, 2 diz: “E não vos conformeis com este mundo, mas transformai-vos, renovando a vossa mente, a fim de poderdes discernir qual é a vontade de Deus, o que é bom, agradável e perfeito”.

cumprimento robótico de leis e regras como faziam os fariseus. O autor da carta aos Hebreus continua a ideia dizendo que ele “é capaz de ter compreensão por aqueles que ignoram e erram, porque ele mesmo está cercado de fraqueza. E embora fosse Filho, aprendeu, contudo, a obediência pelo sofrimento” (Hb 5, 2.8). Temos aqui a chave para compreender o discernimento de Jesus: alguém que é tentado e que experimenta o sofrimento não parece ter clara a sua missão e a sua identidade. Mesmo assim, ainda pode nos parecer um tanto surpreendente enxergar essa realidade na pessoa de Jesus. A nossa velha mentalidade de um Jesus “pronto”, todavia, deve dar espaço ao Jesus humano que conheceu o conflito até os seus últimos passos neste mundo, “sobretudo nas dificuldades traçadas diretamente pelo inimigo, e indiretamente por intermédio de alguns fariseus e de seus próprios discípulos”²¹. Jesus nos ensina, dessa forma, com a própria vida, sobre a necessidade da constante vigilância, pois não podemos cair no engano de ignorar o conflito, visto que se assim procedermos nos acharemos numa confusão ainda maior. É o que igualmente a epístola de Pedro nos ensina: “Sede sóbrios e vigilantes! Eis que o vosso adversário, o diabo, vos rodeia como um leão a rugir, procurando a quem devorar. Resisti-lhe, firmes na fé, sabendo que a mesma espécie de sofrimento atinge os vossos irmãos espalhados pelo mundo” (1Pd 5, 8-9). Essa batalha contra o “inimigo da natureza humana” e “pai da mentira” nada mais é do que exercício de discernimento ou, de outro modo, tarefa de diferenciação entre a presença e ação de Deus e a do nosso adversário.

A partir dos Evangelhos sinóticos, a saber: Mateus, Marcos e Lucas, podemos observar ainda, que a realidade do discernimento

consiste substancialmente em ‘reconhecer’ na pessoa e na ação de Jesus o poder do Espírito de Deus e a derrota do espírito do mal. [...]; os que o acolhem descobrem nele os caminhos do Espírito; os outros continuam lendo as Escrituras sem compreendê-las e veem Jesus passar sem reconhecer que Deus está nele²².

Como no Antigo Testamento, nos sinóticos também não encontramos o termo discernimento, fato que não nos impede, como vimos acima, de identificar sua realidade e existência. Esses evangelistas nos apresentam a partir do relato das palavras e obras de Jesus um discernimento em ação, vivido, enquanto que nas Cartas do Novo Testamento encontramos um discernimento mais refletido, mais

²¹ RANDLE, G. *La ciencia del espíritu*. p. 55. Tradução nossa.

²² BARRUFO, A. *Discernimento*. p. 286.

em forma de doutrina. O “duplo reconhecimento” com relação à pessoa de Jesus é o que marca substancialmente o discernimento nos sinóticos.

Ele mesmo, Jesus, é o motivo de nosso discernimento²³, como também o discernimento aparece “em motivo de um processo de assimilação e crescimento por parte dos discípulos, certamente trabalhoso, mas graças ao qual vão descobrindo em Jesus os caminhos do Espírito”²⁴. Desse modo, dizemos que a revelação de Deus em Jesus Cristo é objeto de discernimento “que faz de Deus um **descobrimento existencial** e não uma imposição intelectual”²⁵. É justamente a partir dessa experiência que uma resposta viva e autêntica a Jesus se torna possível. Ao contemplarmos os mistérios de sua vida, vamos sentindo, investigando e perguntando ao Espírito Santo, pelo contexto das nossas experiências, para onde o Senhor está nos movendo e atraindo. Aqueles que o acolhem descobrem “o segredo de sua pessoa e de sua missão”²⁶.

Como vimos acima, Jesus também vivenciou um processo de discernimento ou, se preferirmos, um descobrimento existencial. Nas narrações evangélicas o notamos sempre buscando sintonizar com o Espírito Santo a fim de descobrir a vontade do Pai e cumpri-la. Atitude que indica liberdade interior e/ou disponibilidade para com nosso Criador. A diferença fundamental entre o discernimento infalível de Jesus e o nosso discernimento titubeante está no fato de que sua abertura ao Espírito era total, só o querer de Deus lhe interessava, amava. O acima de todas as coisas e sua resposta era sempre positiva ao chamado do Pai. A razão de suas decisões e atitudes foi sempre em vista do cumprimento da missão que lhe foi confiada: “missão de Filho enviado pelo Pai para a salvação de todos”²⁷.

Múnus que começou a exercer desde muito cedo, embora sem plena clareza da sua identidade e missão. Aos doze anos, o discernimento do menino Jesus o conduziu à decisão de permanecer em Jerusalém ao invés de voltar à Nazaré; escolhe obedecer ao Pai, não prosseguindo caminho com Maria e José. Com tal característica, sua escolha não se baseou apenas em um conhecimento horizontal,

²³ “Eis que este menino foi colocado para a queda e para o soerguimento de muitos em Israel, e como um sinal de contradição” (Lc 2, 34).

²⁴ RANDLE, G. *La ciencia del espíritu*. p. 56. Tradução nossa.

²⁵ Ibid., p. 56. Tradução e grifo nosso.

²⁶ Ibid., p. 56. Tradução nossa.

²⁷ Ibid., p. 58. Tradução nossa.

mas, sobretudo, no conhecimento do alto: “Por que me procuráveis? Não sabíeis que devo estar na casa de meu Pai” (Lc 2, 49)?

Depois de Jesus ter voltado à Nazaré com seus pais, Lucas conclui o relato dizendo que “Jesus crescia em sabedoria, em estatura e em graça, diante de Deus e diante dos homens” (Lc 2, 52), significando um conhecimento que difere da mera especulação, mas que se compara àquele que, de modo humilde, recebemos dos diversos momentos da vida para, a partir daí, discernir. Ensina-nos Malatesta, um padre jesuíta, que esse é o conhecimento próprio de quem discerne, pois é “à luz da fé e na co-naturalidade do amor”²⁸ que examinamos de onde procede o que experimentamos em nós e nos outros.

Essa cena do Evangelho nos direciona ainda para a seguinte compreensão: o pilar do discernimento é a liberdade interior sem a qual seria verdadeira utopia entrar em um processo de discernimento. Como dissemos o egoísmo não é próprio de quem busca conformar-se com a vontade de Deus. Isto significa que discernir exige abertura de mentalidade, de sentimento, despojamento das próprias convicções, certa maturidade humana e espiritual, pois se traduz numa atitude de querer e desejar somente aquilo que mais nos conduz ao fim para o qual somos criados. A atitude de quem discerne, portanto, não consiste em escolher algo só pelo fato de ser moralmente bom. Entre permanecer em Jerusalém ou partir para Nazaré com seus pais, Jesus, em atitude receptiva e humilde ao Espírito de Deus, escolhe aquilo que mais o conduziria ao cumprimento da sua missão de Filho de Deus para a salvação de todos.

Aquele menino que crescia em sabedoria e em graça é o molde de um ser humano que não sabia de tudo desde o início. Esse mesmo aspecto pode ser verificado no episódio do Getsêmani. Jesus tem uma experiência real de agonia, ou seja, de dúvida e incerteza. Em oração busca sintonizar com o Espírito de Deus, conversa, dialoga: “Minha alma está triste até a morte. [...] Meu Pai, se é possível, que passe de mim este cálice; *contudo*, não seja como eu quero, mas como tu queres” (Mt 26, 38-39)²⁹; vai gradativamente tomando consciência da sua

²⁸ GUILLET, J. *Discernment of Spirits*. p. 32. Apud. GREEN, Thomas H. *Ervas daninhas entre o trigo: discernimento: onde oração e ação se encontram*. São Paulo: Loyola, 2005. p. 41. Green na página 42, rodapé 4, cita novamente Guillet para explicar a expressão “co-naturalidade do amor”: “Refere-se ao conhecimento que provém não do raciocínio e da análise, mas da experiência longamente vivida de alguém que amamos. É o conhecimento a que recorre uma esposa quando diz: ‘Eu *conheço* meu marido. Ele nunca me enganaria’”.

²⁹ Grifo nosso.

missão e identidade: “Que direi? Pai, salva-me desta hora? Mas foi precisamente para esta hora que eu vim. Pai, glorifica o teu nome” (Jo 12, 27-28a). A abertura total ao Espírito de Deus o conduziu ao mais perfeito discernimento.

Um Jesus tão próximo da nossa experiência humana não é o mesmo que dizer que Ele “era *meramente* humano nem que ele apenas gradualmente tornou-se divino”³⁰. Para compreender que vivia na obscuridade da fé e que sofria tentação como nós (cf. Hb 4, 14-16) e, por isso, discernia, sem comprometer sua divindade, Green faz a seguinte analogia: é como se o príncipe William assumisse o trono ainda criança, se a rainha Elizabeth e o príncipe Charles tivessem morrido. Mesmo não tendo consciência plena de sua identidade real, não deixaria de ser quem é desde que nasceu. Com o tempo, dar-se-ia conta de sua identidade e missão como rei até chegar à maturidade necessária. Nesse exemplo simples e muito significativo, Green conclui: “não é sua identidade que muda, mas sua compreensão, sua apreensão consciente de quem é. Desde o dia do nascimento ele tem sangue real, o herdeiro necessário. Contudo, apenas à medida que os anos passarem ele terá plena consciência de sua identidade singular”³¹. Jesus sempre fora o Filho de Deus, mas foi preciso progredir na consciência de sua identidade e missão: consciência divina e consciência humana completas. Uma não anula (e nem pode) a outra. Com tudo isso, queremos dizer que Jesus discernia, pois como nós, viveu nos limites da fraqueza, sujeito à tentação e obscuridade. Esse processo humano foi-lhe meio para uma tomada de consciência plena de quem era e sempre fora. Não obstante, esse Jesus que discernia é possuidor de uma percepção única, infalível³² porque *todas* as suas deliberações concordavam com o Espírito de Deus. Jesus, “*como nós*, [...] foi tentado; *ao contrário de nós*, [...], ele nunca pecou. Ele cresceu *como nós*, mas *nunca* recusou o crescimento nem disse ‘não’ a Deus, seu Pai”³³.

Esse modo de agir de Jesus nos ajuda muitíssimo a vencer a tentação do racionalismo, clássica da modernidade, a ultrapassar o bom em si mesmo (mas abstrato), e nos lança em um voo de confiança a Deus. Porque diz o Senhor: “os meus pensamentos não são os vossos pensamentos, e os vossos caminhos não são os meus caminhos, [...]. Quanto os céus estão acima da terra, tanto os meus

³⁰ GREEN, T. H. *Ervas daninhas entre o trigo*. p. 44.

³¹ *Ibid.*, p. 45.

³² Cf., por exemplo, a oração sacerdotal de Jesus ao Pai em Jo 17.

³³ GREEN, T. H. *op. cit.*, p. 47. Grifo nosso.

caminhos estão acima dos vossos caminhos, e os meus pensamentos acima dos vossos pensamentos” (Is 55, 8-9). De modo algum, Deus pode caber nos nossos conceitos e teorias ou ficar preso nas redes do conhecimento humano.

Por meio das nossas próprias experiências e também pelas experiências dos outros, em clima de oração, vamos compreendendo que o discernimento é ao mesmo tempo um dom e uma arte, onde o protagonista é sempre Deus.

Apesar de não ter compreendido a escolha de Jesus, a de ter permanecido em Jerusalém, Maria “a partir desse fato [...] e a fim de capacitar-se pouco a pouco em uma ‘leitura’ da vida de Jesus que diferenciase ambos pontos de vista – humano e divino – a fim de ir descobrindo a veia divina e misteriosa do que acontecia diariamente ante seus olhos”³⁴, “conservava a lembrança de todos esses fatos em seu coração” (Lc 2, 51b). Cuidadosamente os meditava como quem aguarda o momento certo para o esclarecimento de Deus³⁵: “uma autêntica tarefa de discernimento e de descobrimento de Deus”³⁶.

Santa Teresa de Ávila nos ensina que “a oração não é outra coisa senão tratar intimamente com aquele que sabemos que nos ama, e estar muitas vezes conversando a sós com ele” (V 8, 5). Era esse o clima no qual viviam Jesus e Maria: de amizade com Deus. Fato que nos ajuda a compreender que o discernimento deve ser vivido em clima de oração, visto que não se trata de uma decisão unicamente do indivíduo ou do puro resultado de ponderações próprias, mas que envolve a alteridade da pessoa humana e a de Deus: encontro de duas liberdades. O discernimento, portanto, é um processo dialogal. Quem discerne questiona, escuta, responde, compromete-se. E o compromisso gerado por uma resposta livre e consciente ao chamado pessoal de Deus não pode ser entendido como algo conceitual ou volitivo, pois não se trata de viver buscando perfeição de virtudes, mas de uma comunhão de vidas! Em outras palavras, uma vida oferecida

³⁴ RANDLE, G. *La ciencia del espíritu*. p. 59. Tradução nossa.

³⁵ Na parábola do joio e do trigo (Mt 13, 24-30) também podemos observar a necessidade pela espera do tempo de Deus e a busca por compreender que nem sempre é o nosso tempo. Isso mostra que o dom da paciência é próprio de quem discerne, mesmo que aparentemente os fatos evidenciem mais o joio que o trigo. A tentação aqui seria a de colocar o nosso tempo à frente e por nós mesmos realizarmos a colheita. O evangelista Mateus conclui o relato assim: “Deixai-os crescer juntos até a colheita. No tempo da colheita, direi aos ceifeiros: ‘Arrancai primeiro o joio e atai-o em feixes para ser queimado; quanto ao trigo, recolhei-o no meu celeiro’” (Mt 13, 30).

³⁶ RANDLE, G. op. cit., p. 59. Tradução nossa.

pelo Pai em Jesus Cristo e acolhida pela liberdade humana resultando o Reino querido por Deus³⁷.

A oração, aspecto fortemente presente na pessoa de Jesus, permeia, inclusive, os seus últimos momentos na terra: “Pai, em tuas mãos entrego o meu espírito” (Lc 23, 46). Ela, imprescindível na vida de qualquer cristão, foi-Lhe meio de assimilação da sua missão e identidade e, assim, totalmente livre, punha em prática sua vocação, pois estava sempre aberto às surpresas de Deus. No calor do abraço divino Jesus vai ouvindo os cochichos do Pai e amorosamente respondendo a esses desejos e sonhos a seu respeito³⁸. No cultivo desse diálogo e na resposta positiva (livre e consciente) à vontade do Pai podemos progredir, como Jesus, na arte do discernimento.

A pedagogia do discernimento em Jesus Cristo consiste em nos ajudar no crescimento e amadurecimento tanto no nível humano quanto no nível da fé. Também, como Jesus, vamos crescendo em sabedoria e em graça. No fundo, Ele quer nos ensinar que com o discernimento podemos alcançar a unidade em nós mesmos ainda que sujeitos às tentações, limitações e fraquezas. O diferencial de homens e mulheres atentos ao Espírito de Deus, portanto, está no fato de não se deixarem “absorver pelos problemas e conflitos da vida. [Ao contrário,] voltam constantemente ao fundo de seu ser. Esforçam-se para viver na presença de Deus. Ele é o centro e a fonte que unifica seus desejos, palavras e decisões”³⁹. Num mundo onde os espaços e as estruturas socioculturais tendem a uma profunda fragmentação e liquidez nas relações humanas, tanto no âmbito profissional quanto familiar e espiritual, e onde a vida vai perdendo seu sentido mais verdadeiro já que os valores mais substanciais são substituídos por valores de cunho hedonista e o acúmulo de dados vem se tornando mais importante que o saboreio das experiências, o exercício da liberdade e do discernimento são indispensáveis para uma vida mais autêntica, mais cristã, mais cheia da presença do Espírito de Deus, visto que a identidade, o senso crítico e a totalidade do ser humano são valorados e preservados.

Em outras palavras, **acolher** a proposta de Jesus significa reconhecer nele o poder de Deus, **rejeitá-la** é o mesmo que trilhar caminhos de cegueira e confusão

³⁷ Cf. FREITAS, P. P. de. *No calor do abraço divino*. pp. 41-43.

³⁸ Cf. *Ibid.*, pp. 44-45.

³⁹ PAGOLA, José Antônio. *O caminho aberto por Jesus*: João. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 250.

onde atua o espírito do mal. Nesse exercício de diferenciação, o discernimento sempre conduzirá nossa decisão a Cristo.

Dito isto, reafirmamos aquilo que intitula nosso tópico ao dizermos que Jesus é o referencial vivo e central de toda a vida cristã, de todos aqueles que querem e desejam discernir para além do moralmente bom, ou seja, “entre o bom, o aparentemente bom e o realmente bom ou melhor”⁴⁰.

Que a partir da vida de Jesus paute, de fato, o cristão a sua, pois é por causa dele que podemos conhecer o verdadeiro, o bom, a verdade (cf. Jo 8, 32). Ao exortar-nos sobre a necessidade de distinguirmos o bom espírito do mau espírito ou o que vem de Deus do que não vem de Deus (cf. 1Jo 4, 1), João ao mesmo tempo fala que isso só é possível pelo fato de que “nós sabemos que veio o Filho de Deus e nos deu a inteligência para conhecermos o Verdadeiro” (1Jo 5, 20).

Assim, se o nosso “amém” encontrar com o de Cristo, se a nossa “terra” tocar o seu céu, se a nossa “vida” der lugar à vida Dele, ou seja, se nele permaneceremos, conheceremos a sua verdade e a sua libertação (cf. Jo 8, 32), rumo a uma vida nova! Discernir, portanto, é conhecer e, naturalmente, transferir para o concreto da vida a verdade que jorra do coração de Deus.

2.2.3. Paulo, o apóstolo do discernimento

Continuando o nosso itinerário pela Sagrada Escritura acerca da instância do discernimento e da sua importância na vida do Povo de Deus, chegamos a Paulo. Nele é possível identificar um modo próprio de desenvolver o tema.

Antes, contudo, de entrarmos propriamente no discernimento em São Paulo, queremos apresentar de maneira breve a ideia paulina acerca dos dois princípios de atuação em nós: “sarx” e “pneuma”. Em sentido neutro, “sarx” quer simplesmente dizer “o homem sob seu aspecto provisório, passageiro”⁴¹. E em “um sentido mais teológico, em que carne significa a esfera do visível, [...], em que vivemos sujeitos à ‘epithymia’ – concupiscência – e suas obras. Neste quadro,

⁴⁰ RANDLE, G. *La ciencia del espíritu*. p. 50. Tradução nossa.

⁴¹ LIBÂNIO, João Batista. *Discernimento espiritual: reflexões teológico-espirituais*. São Paulo: Loyola, 1977. p. 49.

a ‘sarx’ aparece como força negativa oposta ao ‘pneuma’⁴². Este, “no sentido antropológico, também significa o homem, [...]; ou a pessoa inteira juntamente com ‘soma’ = corpo. Teologicamente, [...] [‘pneuma’] exprime antes a ‘esfera divina’, seja do próprio Espírito Santo, seja da pessoa humana envolvida pelo mundo divino”⁴³.

Isto posto, apesar do discernimento ser intrínseco à vida cristã, para Paulo, esta perspectiva interessa àqueles que se deixam conduzir pela “esfera divina” e buscam diferenciar qual espírito os move, o bom ou o mau, e não àqueles que, apesar de serem cristãos, não se interessam em ultrapassar a “esfera do visível” comportando-se como pagãos. Para ele, a realização do discernimento é fruto de um coração voltado para Deus. Dessa forma, sempre que os textos paulinos tratam desse assunto, “manifestam a urgência e necessidade de uma transformação profunda no interior da pessoa”⁴⁴. Só assim, com a inteligência e o coração arraigados em Deus, são capazes de abandonar os esquemas humanos para, de alguma forma, conhecer e amar com os olhos e o coração de Deus. Um novo conhecimento, uma nova sensibilidade, possibilitados por essa metamorfose interior, e vice-versa, um conhecimento que “representa justamente este caráter dinâmico de progresso e de crescimento, que interioriza e conduz a nível mais alto a fé, a esperança e a caridade”⁴⁵. Portanto, “o pressuposto fundamental [do discernimento paulino], [...], é uma conversão prévia, em seu sentido mais autêntico, para receber esta nova forma de julgar e sentir-se atingido sempre que se necessite de tomar uma opção”⁴⁶. Na verdade, o ensinamento paulino acerca do discernimento aponta para um “*magis*”, que ultrapassa uma assimilação superficial, técnica, legalista, em busca de uma sabedoria diferente. Uma vez nesse processo, a pessoa que discerne deve ser apaixonada por fazer a vontade de Deus em tudo, pois só se busca com entusiasmo o que realmente amamos e nos interessa.

Nessa percepção de que no ser humano atuam diferentes forças capazes, cada uma a seu modo, de determinar a vontade e de influenciar nas ações, Paulo

⁴² Ibid., p. 49.

⁴³ Ibid., p. 49.

⁴⁴ LÓPEZ AZPITARTE, E. Discernimento moral. In: COMPAGNONI, Francesco; PIANA, Giannino; PRIVITERA, Salvatore (Dirs.). *Dicionário de Teologia Moral*. São Paulo: Paulus, 1997. p. 234.

⁴⁵ BARRUFO, A. Discernimento. p. 286.

⁴⁶ LÓPEZ AZPITARTE, E. op. cit., p. 234.

desenvolve alguns critérios que nos ajudam no discernimento, aspectos que nos ajudam a diferenciar o que vem de Deus do que não vem de Deus. E destaca ainda a importância do Espírito Santo em todo esse processo: “Não extingais o Espírito; não desprezeis as profecias. Discerni tudo e ficai com o que é bom. Guardai-vos de toda espécie de mal” (1Ts 5, 19-22). Da mesma forma em Gálatas:

Ora, eu vos digo, conduzi-vos pelo Espírito e não satisfareis os desejos da carne. Pois a carne tem aspirações contrárias ao espírito e o espírito contrárias à carne. Eles se opõem reciprocamente, de sorte que não fazeis o que quereis. Mas se vos deixais guiar pelo Espírito, não estais debaixo da lei. [...]. Se vivemos pelo Espírito, pelo Espírito pautemos também a nossa conduta (Gl 5, 16-18.25).

Na verdade, quando abolimos o Espírito Santo da nossa vida rejeitamos radicalmente o projeto salvífico de Deus revelado na pessoa de Jesus Cristo e, por conseguinte, não fazemos discernimento⁴⁷. Discernir o bom espírito do mau espírito ou conhecer as diversas moções interiores nos ajuda a perceber o melhor e, conseqüentemente, depois dessa identificação, a tomar decisões de acordo com o plano de Deus e construir uma opção fundamental voltada para o amor. Que os fiéis tratem, enfim, de compreender o que Deus quer (cf. Ef 5, 17). Vamos aos critérios.

De acordo com Libânio, o apóstolo apresenta um tríplice critério: “moções de paz e alegria na alma (Gl 5, 22); construção da comunidade (1Cor 12, 7); prática de virtude, no caso, a confissão da fé (1Cor 12, 3)”⁴⁸. Voltaremos nossa atenção apenas para um deles: sob o influxo do Espírito, o cristão tem em si a marca da alegria (e da paz).

Paulo faz parte de uma grande tradição bíblica que também identifica a alegria como um dos frutos do Espírito⁴⁹: “o fruto do Espírito é amor, alegria, paz...” (Gl 5, 22ss) . O apóstolo, contudo, percebe que há alegrias que não vêm de Deus e tristezas que vêm de Deus. A alegria em si, portanto, não é uma garantia de que o Espírito Santo esteja agindo, pois “o demônio pode transformar-se em anjo de luz, gerando uma falsa alegria”⁵⁰. E a respeito das tristezas que vêm de Deus, temos o exemplo da comunidade de Corinto. A tristeza gerada na comunidade pela carta de Paulo foi salutar, pois contribuiu para a conversão de

⁴⁷ “Rompestes com Cristo, vós que buscais a justiça na Lei; caístes fora da graça” (Gl 5, 4).

⁴⁸ LIBÂNIO, J. B. *Discernimento espiritual*. p. 51.

⁴⁹ Cf. Sl 95, 1; Sl 96, 11; Is 9, 2; Is 35, 1; Is 44; Is 35, 9; 51, 11; Lc 1, 14-15; Lc 1, 41-47; Lc 2, 10-11.

⁵⁰ LIBÂNIO, J. B. op. cit., p. 52.

seus membros; o que para Paulo foi uma grande alegria, pois o que ele escrevera levou-os a refletir sobre a própria conduta e consequentemente levou-os ao arrependimento: “Vós vos entristecestes segundo Deus, e assim não sofrestes dano algum da nossa parte. Com efeito, a tristeza segundo Deus produz arrependimento que leva à salvação e não volta atrás, ao passo que a tristeza segundo o mundo produz a morte” (2Cor 7, 9b-10).

Desta maneira, com Paulo, entendemos que o dinamismo divino não é algo aleatório, improvisado ou alguma forma de impulso cego, mas sempre voltado ao projeto salvífico do Pai revelado e realizado em Jesus Cristo. O Espírito de Deus ultrapassa o trivial, a simples execução de uma lei moral exterior ou o ímpeto de uma afetividade fechada em si mesma. A dinâmica do discernimento

brota do mais íntimo do homem que participa da ‘ágape’ divina para irradiá-la em cada um de seus atos. [...]. Este amor, compreendendo-se sempre mais na sua fonte e finalidade, possui o dom espiritual de reconhecer em cada situação, por uma espécie de instinto, o que corresponde verdadeiramente ao sentido da vontade de Deus, portanto, ao amor autêntico, à justificação recebida através de Jesus Cristo, à glória de Deus⁵¹.

É nessa dinâmica de amor correspondido que o discernimento se realiza. Caminha-se para a maior glória de Deus que é a realização de uma vida mais plena para os seres humanos.

O amor é a justa medida do discernimento. Quanto mais ajustados a essa Lei mais capacitados estaremos para conhecer o querer de Deus: “que vosso amor cresça cada vez mais, em conhecimento e em sensibilidade, a fim de poderdes discernir o que mais convém” (Fl 1, 9-10a). A prece do apóstolo pelos filipenses desenha, ao mesmo tempo, a sua postura diante do legalismo judaico. De fato, ele condena a ideia de que o cumprimento de leis é o meio por excelência para nos aproximarmos de Deus e conhecermos a sua vontade. A liberdade da lei constitui a essência do pensamento paulino. É pela fé e não pelos méritos que alcançamos a benevolência de Deus, pois a salvação é dom e graça. Fica descartado, portanto, todo caráter salvífico da lei. Algo novo é instituído por Jesus: “Este é o meu mandamento: amai-vos uns aos outros como eu vos amei” (Jo, 15, 12).

Essa nova economia muda radicalmente nossa conduta. A lei do cristão é a Lei do Espírito. Ele é a força legal daqueles que desejam, buscam e querem discernir. A apreensão de normas éticas e morais é um meio muito pobre e

⁵¹ Ibid., pp. 52-53.

ineficaz para o conhecimento de Deus. Além do mais, a tentativa de alcança-Lo por este caminho “desemboca irremediavelmente em autossuficiência que nos torna completamente impermeáveis à sua graça”⁵².

Logo, para saber como agir e comportar-se devemos nos colocar sob a Lei maior: a Lei do amor. E “em Cristo Jesus, nem a circuncisão tem valor, nem a incircuncisão, mas a fé agindo pela caridade” (Gl 5, 6). É através dela, diz Paulo, que o cristão resiste aos desejos baixos (cf. Ef 5, 16-18). O Espírito Santo, força interior em nós, nos defende de tudo aquilo que poderia nos afastar de Jesus, nos ajudando a “discernir qual é a vontade de Deus, o que é bom, agradável e perfeito” (Rm 12, 2b).

2.2.4.

O discernimento em São João

Em sua estrutura, o Evangelho de João dispõe o tema do discernimento através de contraposições: “luz-trevas, verdade-mentira, os filhos de Deus e o mundo, os crentes e os incrédulos, os que enxergam e os cegos, os que fazem o bem e os que fazem o mal, as ovelhas e as que não são do rebanho, os judeus e os discípulos, os amigos e o traidor, etc”⁵³. Assim, segundo João, o ser humano está vulnerável a duas esferas: a do Espírito (Jo 14, 16) e da verdade (Jo 1, 40-41); e a da mentira (Jo 8, 44) e da carne (Jo 3, 6; 6, 63). Essas contraposições que ganham sentido com a pessoa de Jesus Cristo – pois em presença dele, “a humanidade se divide, as partes se decidem, os seres se distribuem eles mesmos em duas categorias – [não se dão paralelamente, ou seja, estando em uma esfera não pense a pessoa estar isenta do influxo da outra;] cada um, ao mesmo tempo, leva em si a luta entre o bom e o mau”⁵⁴. Do contrário, não haveria o que discernir. Outra coisa, a ideia de que essas contraposições ganham sentido com a pessoa de Jesus Cristo é constatada por ele mesmo quando afirma ter vindo a este mundo para um juízo discriminatório⁵⁵: “Para um discernimento é que vim a este mundo: para que os que não veem, vejam, e os que veem, tornem-se cegos” (Jo 9, 39).

Dizemos, dessa maneira, que é Jesus quem move as nossas escolhas, diante dele somos como que “obrigados” a tomar alguma posição, não há espaço para

⁵² LÓPEZ AZPITARTE, E. Discernimento moral. p. 232.

⁵³ RANDLE, G. *La ciencia del espíritu*. p. 57. Tradução nossa.

⁵⁴ Ibid., p. 57. Tradução nossa.

⁵⁵ Cf. Jo 3, 17-21; 5, 20-30; 8, 15ss; 12, 31.47-50; 16, 7-11.

neutralidades. Contudo, ele não nos salva impondo princípios, regras ou doutrinas, mas nos ajudando através do nosso discernimento a nos colocarmos no caminho que melhor nos aproxima dele. Em outros termos, a iniciativa de Jesus toca a nossa liberdade como um convite a nos decidirmos por Ele; nada é instituído ou forçado. E este é “o Evangelho [...] em que melhor se aprecia a fê como decisão por Cristo”⁵⁶.

O Evangelho de João diferente dos Evangelhos Sinóticos, que apresentam um discernimento progressivo, revela, por sua parte, “a postura última de todas as nossas eleições e nos obriga a perguntar e responder constantemente a que espírito obedecemos, como o faz o mesmo Jesus com os discípulos, já no primeiro capítulo, ao sentir que o seguem: ‘Que querem?’ (Jo 1, 38a)”⁵⁷. A propósito, a pergunta de Jesus “que querem?” ao invés de “que pensam?”, nos alerta e capacita para uma leitura mais coerente do discernimento. Nesse chamado original, respeitoso e revelador, que questiona ao invés de impor; que busca qualidade e não quantidade, pois toca nas motivações de fundo de seus seguidores, parece-nos claro que para Jesus mais importa ao bom discernimento aquilo que move o nosso coração, a nossa vontade e desejo, que correspondem à realidade da experiência existencial, do que “achismos” e discussões religiosas ou a formulação e acúmulo de ideias ou teorias. Certamente, foi o coração dos dois discípulos do Batista que ardeu quando ele exclamou: “Eis o Cordeiro de Deus”! (Jo 1, 36), e não o intelecto. Intuíam de algum modo que Jesus era o verdadeiro Mestre e Senhor: “Rabi, onde moras?” (Jo 1, 38b). Acreditamos ter sido um acontecimento comparável a uma espécie de amor à primeira vista que aos poucos vai se transformando em um compromisso pessoal, livre e consciente porque vai sendo discernido e ao mesmo tempo com uma certeza que ninguém pode arrancar, desde o começo.

Desse modo, “se o discernimento é cabal desde os primeiros capítulos, é porque esse Evangelho está mais atento para mostrar, em cada um dos gestos de Jesus, a presença e a ação de tudo o que Ele é: o Verbo de Deus feito carne”⁵⁸. Percepção encontrada sobremaneira também na primeira epístola joanina:

⁵⁶ RANDLE, G. p. 57. Tradução nossa.

⁵⁷ Ibid., p. 58. Tradução nossa.

⁵⁸ Ibid., p. 57. Tradução nossa.

Amados, não acrediteis em qualquer espírito, mas examinai os espíritos para ver se são de Deus, pois muitos falsos profetas vieram ao mundo. Nisto reconheceis o espírito de Deus: todo espírito que confessa que Jesus Cristo veio na carne é de Deus; e todo espírito que não confessa Jesus não é de Deus; é este o espírito do Anticristo (1Jo 4, 1-3a)⁵⁹.

Este trecho da epístola descreve também outro aspecto fundamental ao discernimento e que já mencionamos: o contraste ou a contraposição. No judaísmo, tema conhecido sob a forma de: dois caminhos ou dois espíritos. O ser humano ou está de um lado ou de outro a partir do espírito do qual participa (apesar de sofrer influxo de ambas as partes). Estamos na verdade e na luz se professamos que Jesus, o Filho de Deus, veio na carne: “Nisto reconhecemos o espírito da verdade e o espírito do erro” (1Jo 4, 6c).

Esse critério joanino de discernimento ultrapassa a expressão de um simples conceito ou raciocínio lógico:

O que era desde o princípio, o que ouvimos, o que vimos com nossos olhos, o que contemplamos, e o que nossas mãos apalparam do Verbo da vida – porque a vida manifestou-se: nós a vimos e lhes damos testemunho e vos anunciamos a Vida eterna, que estava voltada para o Pai e que nos apareceu – o que vimos e ouvimos vo-lo anunciamos para que estejais também em comunhão conosco (1Jo 1, 1-3a).

É a partir da experiência vivida que essa mensagem de luz e verdade é transmitida para que, assim, a comunhão entre os irmãos aconteça.

Por isso, reconhecer como Pedro: “Senhor, a quem iremos? Tens palavras de vida eterna e nós cremos e reconhecemos que és o Santo de Deus” (Jo 6, 68-69) ou afirmar como João que Jesus é o Cristo traz consigo uma exigência intrínseca: “a unidade da comunidade cristã, fundada sobre a unidade de cada fiel com Deus, em Cristo”⁶⁰. De outro modo, essa afirmação carrega um compromisso essencial: comunhão de vidas com Deus e com os irmãos. E assim dizemos que a consciência dessa responsabilidade nos introduz em outro importante critério joanino de discernimento: o amor fraterno.

Esse critério pode ser considerado a regra de ouro do discernimento cristão, por isso traz também consequências importantes à vivência cristã. Encontramos algumas delas nos textos joaninos. Por exemplo, para caminharmos na luz, a primeira epístola de João exprime que é preciso amar o irmão, pois aquele que “odeia seu irmão está nas trevas; caminha nas trevas, e não sabe aonde vai, porque

⁵⁹ Cf. Jo, 6, 28-29; 1Jo 2, 22; 4, 15; 5, 1.5-13.

⁶⁰ A BÍBLIA DE JERUSALÉM. Nota b. p. 2124. Cf. 1Jo1, 3.

as trevas cegaram os seus olhos” (1Jo 2, 11). João é ainda mais incisivo quando afirma ser um mentiroso aquele que diz que ama a Deus, mas odeia o seu irmão, “pois quem não ama a seu irmão, a quem vê, a Deus, a quem não vê, não poderá amar. E este é o mandamento que dele recebemos: aquele que ama a Deus, ame também seu irmão” (1Jo 4, 21). Portanto, formulações teóricas, expressões sentimentalistas e abstratas são insuficientes para efetivar o amor desejado por Deus: “Filhinhos, não amemos com palavras nem com a língua, mas com ações e em verdade” (1Jo 3, 18). Temos em Deus mesmo o exemplo a ser seguido desse amor *in fieri*; manifesta-o radicalmente enviando “seu Filho único ao mundo para que vivamos por ele. [...] enviou-nos [...] como vítima de expiação pelos nossos pecados” (1Jo 4, 9-10). A loucura de amor de Deus é a Lei maior do cristão.

Os costumes, a linguagem ou os lugares onde vivem que nos ajudam a reconhecer os cristãos como tal? Nada disso, covenhamos. O distintivo do cristão não se encontra em coisas externas e acidentais; fuja das ilusões. Mas na caridade discreta praticada no concreto das experiências cotidianas. Ensino de Jesus que deve ser tomado ao pé da letra, pois é base de seu seguimento: “Nisso reconhecerão todos que sois meus discípulos se tiverdes amor uns pelos outros” (Jo 13, 35). Uma cruz no peito ou um hábito religioso, por exemplo, perdem, dessa forma, sentido se não vividos com esse zelo basilar. A sabedoria popular entendeu essa mensagem e com a seguinte expressão nos ensina: “o hábito não faz o monge”.

O vício de transformar os meios em doutrina deve ser substituído pelo hábito, às vezes custoso, de amar aos irmãos. Pois, como nos ensina São João da Cruz, é pela medida do nosso amor que seremos julgados no fim da vida. E mais, sem amor fraterno, não há discernimento, pois ele é o trampolim para enxergarmos melhor. Enfim, “amar ou não amar, eis o grande mistério para saber-se nas trevas ou na luz”⁶¹.

Esses dois importantes critérios joaninos de discernimento, o amor ao irmão e o confessar o mistério da Encarnação, podem ser resumidos pelos seguintes versículos: “Este é o seu mandamento: crer no nome do seu Filho Jesus Cristo e amar-nos uns aos outros conforme o mandamento que ele nos deu” (1Jo 3, 23). E ainda: “Todo o que crê que Jesus é o Cristo nasceu de Deus, e todo o que ama ao

⁶¹ LIBÂNIO, J. B. *Discernimento espiritual*. p. 65.

que gerou a também o que dele nasceu” (1Jo 5, 1). É a partir desse critério objetivo e verificável, o amor ao próximo, que damos prova do amor a Deus⁶² e é dessa forma que João enxerga a construção da comunidade.

E assim terminamos o nosso itinerário sobre o discernimento na Sagrada Escritura deixando claro que é uma realidade intrínseca do ser cristão. Pudemos perceber vários pontos em comum nos diversos caminhos que apresentamos como, por exemplo, a preocupação de Paulo e de João “em iniciar os cristãos na realidade de discernir. [Pois] eram conscientes de que não se podia fiar em todos os espíritos. Antes eles deviam ser testados para ver se vinham de Deus”⁶³. E, assim como João, a insistência de Paulo “sobre a caridade está no fundo de toda a doutrina dos carismas e do discernimento”⁶⁴.

2.3. Antropologia do discernimento

Vimos que o ser humano existe num mundo onde duas realidades coexistem, sofrendo influxo de ambas: a realidade do bem e a realidade do mal. E que apesar de serem duas oposições irreconciliáveis e distintas, pode ocorrer que uma venha disfarçada da outra, ou seja, “a realidade do mal pode aparecer sob forma de bem, o demônio sob aparência de anjo da luz. E experiências de pecado, de mal, podem converter-se em realidades salvíficas. É [,portanto,] neste momento que entra o discernimento e aparece sua importância”⁶⁵. Verificamos também que em Jesus está o referencial central do discernimento cristão e que Paulo e João desenvolveram importantes critérios para que o discernimento espiritual não se efetive sob ilusões.

Esse percurso pela Sagrada Escritura nos possibilitou enxergar que o discernimento está diante de uma experiência humana e universal, presente já na época dos profetas bíblicos, e, por isso, alguns pressupostos antropológicos precisam ser analisados antes de entrarmos pontualmente no discernimento iniciano. Esse será nosso próximo passo.

⁶² Cf. 1Jo 3, 14.17-19; 4, 20.

⁶³ LIBÂNIO, J. B. *Discernimento espiritual*. p. 54.

⁶⁴ *Ibid.*, p. 64.

⁶⁵ *Ibid.*, p.76.

Ser humano, ser de liberdade e escolhas

Quando falamos do discernimento em João, dissemos que é o Evangelho onde melhor podemos apreciar a fé como decisão por Jesus Cristo; e que confessar o mistério da Encarnação é um critério joanino de discernimento. Dessa forma, “o Evangelho apresenta-nos a vida humana como um juízo em que está em jogo a fé em Cristo. Crer nele é estar salvo, não crer nele é já estar julgado, condenado”⁶⁶. E no discurso na sinagoga de Cafarnaum, interpelado sobre o que fazer para realizar as obras de Deus, Jesus responde da seguinte maneira: “A obra de Deus é que creiais naquele que ele enviou” (Jo 6, 29).

Dito isto, *como*, então, acolher o evento salvífico Jesus Cristo, ou *como* isso se dá no concreto das experiências humanas? Experiência humana implica seres dotados de razão e de liberdade, que podem escolher positiva ou negativamente a oferta salvífica de Deus que também é livre. Portanto, se tanto da parte de Deus quanto da parte dos seres humanos há liberdade, não pode haver coação ou imposição. Assim como Deus o ser humano também não pode ser manipulado.

A partir disso, temos indicações para entender melhor que a liberdade humana não é ameaçada, como muito afirmou a sociedade moderna (e afirma a sociedade contemporânea) não mais pautada em normas religiosas, quando se volta ao Criador de todas as coisas, quando acolhe a oferta salvífica de Deus. Conceber a liberdade humana de modo errôneo nos conduzirá, certamente, a uma falsa compreensão tanto do primado da ação de Deus na salvação quanto da responsabilidade do ser humano no curso da História. Uma coisa não extingue a outra; a prioridade da ação de Deus não significa inaptidão para tomarmos iniciativas e construirmos o nosso caminho.

A salvação de Jesus Cristo possui estrutura dialogal e, portanto, seu acolhimento se dá a partir do encontro de duas liberdades, em parceria. Vamos agora procurar entender um pouco essa problemática do relacionamento da ação divina com a liberdade humana, tema bastante presente na história da Igreja.

Antes de tudo, é importante ter uma noção clara da liberdade humana. Esta não pode ser reduzida a simples liberdade de escolha (categoria). Mais, a vida do ser humano em sua totalidade não pode ser definida apenas por uma opção livre isolada ou uma sequência de opções. Cada vez que o ser humano faz uma opção

⁶⁶ Ibid., p.66.

livre ele deve ser considerado o objeto mais original desse ato. A liberdade, assim, não é uma faculdade ao lado de outras faculdades, como a inteligência ou a vontade,

mas a faculdade que decide sobre si mesma, que constrói a si mesma. A liberdade é o sujeito que é entregue a si mesmo, que se entende, age e faz a si próprio. Com cada ato livre me torno mais humano ou mais desumano, mais altruísta ou mais egoísta, mais cristão ou menos cristão. E, como sempre fazemos opções livres ao longo do dia, nunca vamos dormir como éramos ao acordar. Seremos inevitavelmente melhores ou piores⁶⁷.

Desse modo, a liberdade não é uma espécie de dispositivo que funciona somente no momento de fazer ou escolher coisas, mas alcança o ser humano em sua totalidade como pessoa. A todo o momento somos liberdade atuando. E as opções não são determinantes apenas no momento em que são executadas; não ficam, na verdade, apenas no passado, mas percorrem de algum modo a vida toda do ser humano formando a sua identidade. Tanto que “somos atualmente o que livremente construímos em nosso passado. Podemos dispensar a balança ou o livro da vida”⁶⁸. Somos o que escolhemos ser livremente; as opções marcam a existência histórica para sempre.

As escolhas que fazemos no nosso dia-a-dia constituem também aquilo que move o nosso coração. Através do exercício diário de eleger livremente isso ou aquilo o ser humano constrói e concretiza o que a teologia chama de *opção fundamental* ou *orientação profunda*, ou seja, “que confere à sua existência, já que suas ações livres dizem respeito a si mesmo, à sua autorrealização, à sua liberdade profunda atuada, à sua eternidade”⁶⁹. E aqui precisamos ter presente também que a opção fundamental do ser humano não recai somente sobre ele mesmo, mas, inclusive, sobre Deus. É Ele que confere ao ser humano o dinamismo que o faz ir além; só age livremente porque está sob a liberdade de Deus. Assim, o exercício de discernimento nos ajuda a nos aproximarmos cada vez mais do nosso fim último, base da nossa liberdade. Aproximamo-nos ou nos afastamos de Jesus quanto mais acolhemos a sua salvação ou a rejeitamos, consecutivamente. Ora, “construímos na história nossa identidade cristã. Desse modo, a fé cristã, ao apresentar a salvação com características de totalidade e de

⁶⁷ MIRANDA, Mario de França. *A salvação de Jesus Cristo: a doutrina da graça*. São Paulo: Loyola, 2004. p. 90.

⁶⁸ Ibid., p. 90.

⁶⁹ Ibid., p. 91.

definitividade, exige outra noção de liberdade, a liberdade profunda ou a *orientação profunda* que damos à nossa existência”⁷⁰. Opções livres sob o impulso do Espírito Santo formam a orientação profunda em vista do Reino de Deus; opções livres sob impulso egoísta e desumano formam uma orientação profunda com características de autossalvação, o que constitui uma ilusão.

Contudo, se entendermos que no negócio da salvação a prioridade é sempre de Deus, entenderemos também a incapacidade fundamental do ser humano de realizar uma autossalvação. Mesmo quando pensa ter essa capacidade, o ser humano se depara constantemente com suas limitações e finitude, e ora ou outra, senão a todo momento, ele se sentirá impulsionado por uma força que não é sua capaz de dispô-lo para o bem mesmo em situações desafiadoras e aparentemente sem esperança. Uma força assim vivificante difícil de ser explicada em palavras (que é até mesmo negada), mas muito sentida na vida, nas experiências humanas de todos os dias. Apesar da religião hoje em dia ter perdido a sua força, as pessoas sentem a nostalgia de Deus e a necessidade da oração. De uma forma ou de outra o buscam; sua voz jamais poderá ser calada. Dessa maneira, sentem que sozinhos não podem transcender a realidade conhecida e visível, e que também sozinhos não podem escolher o melhor num mundo onde aparentemente a força do Reino de Deus está desfalcada. Entendem ainda que ser uma pessoa livre não é sinônimo de uma busca de felicidade a todo custo já que a salvação não pode ser avaliada na proporção do sucesso humano e nem confundida “com uma realidade que corresponda aos anseios de bem-estar, felicidade e consumo, próprios do individualismo da atual cultura”⁷¹.

Contudo, a liberdade se depara com pressupostos indispensáveis a partir dos quais atua. Ela é ao mesmo tempo *liberdade encarnada* e *liberdade situada*. Ou seja, uma liberdade em um corpo e por isso, não dispensa fatores como o sexo, a mentalidade, a genética, o caráter etc, mas age a partir deles; e a partir de um contexto histórico, de uma determinada cultura, etc; e que afeta outras liberdades e é afetada por elas (intersubjetividade). Em outras palavras, atua a partir de desafios concretos. Assim, dizemos que a liberdade é um exercício, pois se depara com situações, contexto e fatores que ao mesmo tempo possibilitam e limitam sua atuação. Uma realidade, portanto, que constitui luta. Não consegue expressar-se

⁷⁰ Ibid., p. 91. Grifo nosso.

⁷¹ Ibid., p. 83.

em sua totalidade, seu dinamismo se encontra sempre “preso” aos condicionamentos da vida. Intrínseca à decisão livre é a situação.

Esses diversos condicionamentos tanto podem nos aproximar de Jesus Cristo como nos afastar dele. Chamados que somos para um acolhimento amoroso da proposta salvífica de Jesus, na medida em que as liberdades “respondem a Deus e realizam a vocação última do ser humano, significam para nós a *mediação* na história do amor de Deus, [...], levando-nos a assumir o mesmo comportamento”⁷². Quando se dá o contrário constituem para nós uma “*ausência de mediação salvífica* que é a situação real de nossa liberdade”⁷³.

De outra maneira, essa ausência de mediação se constitui pelas “objetivações de pecados alheios”⁷⁴, as quais o ser humano pode ou não ratificar com o seu pecado pessoal. Esse mundo marcado pelo pecado é um verdadeiro desafio para o ser humano plural que busca integrar os diversos setores de sua vida. A busca dessa unidade se transforma em ilusão quando baseada na satisfação do próprio ego, ou seja, quando aquilo que move a pessoa nada mais é do que a força do pecado e não a do amor.

Desse modo, anterior às ações livres está a *decisão prévia fundamental*, quer dizer, agimos a partir de um objetivo, de uma motivação. Quando esta motivação é o pecado (ego) o exercício da liberdade fica limitado, quando esta é o amor aquele poderá alçar o maior dos voos, atingindo o objetivo último de sua existência. Assim, construímos nossa orientação profunda através de ações livres nessa ou naquela direção.

Quando o discernimento é acionado temos a chance de perceber melhor o sentido das coisas e encontrar o verdadeiro destino da nossa liberdade: o amor a Deus e o amor aos irmãos. A capacidade, contudo, de mudança de uma orientação egoísta para uma altruísta não vem de si, mesmo que essa mudança só seja possível pela liberdade, “pois suas ações livres vão sendo coerentemente postas na linha de sua decisão prévia fundamental egoísta. [...] Logo, toda conversão é acionada pela ação salvífica divina, resulta da graça”⁷⁵. A partir disso, podemos entender que o pecado (egoísmo) gera uma situação de escravidão, pois nos torna débeis para o amor, sentido último de nossa existência. Por isso, “a ação de Deus

⁷² Ibid., p. 92.

⁷³ Ibid., p. 92.

⁷⁴ Ibid., p. 93.

⁷⁵ Ibid., p. 94.

[...] se revela [...] absolutamente necessária, [já que] liberta a liberdade escrava e lhe dá a liberdade em plenitude”⁷⁶.

Do mesmo modo o discernimento progride: através da união da liberdade humana e da ação de Deus; para fazer (em) o melhor na história individual e na História (comunidade de liberdades). Esse “trato de amizade” não ameaça a liberdade de nenhuma das partes: nem a do ser humano com relação a Deus, nem a de Deus com relação ao ser humano. Nesse assunto, existe uma “causalidade específica”, ou seja, Deus e a liberdade humana não atuam como forças concorrentes, “o que caracteriza a relação Deus-criatura é diverso de qualquer dependência causal no interior do mundo, pois autonomia e dependência crescem na mesma medida, e não o contrário”⁷⁷.

A partir disso, podemos entender de novo que a salvação cristã não se dá dentro de um plano de coação ou numa dinâmica do forte contra o mais fraco; ou ainda como em uma espécie de plano de troca. A parceria que há entre Deus e o ser humano pode ser analogamente entendida como uma parceria de amor entre seres humanos. Ou seja, “um não reprime ou esmaga o outro, mas provoca e estimula sua liberdade, fazendo-o libertar-se, crescer, realizar-se. Ao mesmo tempo exerce enorme influência, impregnando e plasmando o outro, [...] por meio do amor”⁷⁸.

O doador da vida e do existir de todas as coisas é quem possibilita a nossa liberdade e o acolhimento dessa salvação. Portanto, somos livres porque Deus é livre e nos dá essa capacidade. Atraídos pelo amor de Deus e pela causa de seu Reino, dizemos que “a aceitação dessa oferta não depende só do homem, mas lhe deve ser livremente concedida por Deus. Com outras palavras: o homem é responsável por sua salvação, mas deve confessar ter sido Deus que lhe possibilitou”⁷⁹.

Essa não capacidade de por nós mesmos sairmos de uma estrutura de pecado e voltar-nos para a proposta do Reino de Deus desemboca enfim nas palavras de Paulo quando diz: “Com efeito, não faço o bem que quero, mas pratico o mal que não quero. Ora, se faço o que não quero, já não sou eu que ajo, e

⁷⁶ Ibid., p. 95.

⁷⁷ Ibid., p. 95.

⁷⁸ Ibid., p. 96.

⁷⁹ Ibid., p. 95. Grifo nosso.

sim o pecado que habita em mim” (Rm 7, 19-20)⁸⁰. Enraizados no amor de Deus podemos ser e realizar o melhor dentre os possíveis da vida, pois “é para a liberdade que Cristo nos libertou” (Gl 5, 1). Que da vida possamos buscar e querer somente as melhores pérolas (cf. Mt 13, 44-46). Que possamos, enfim, cultivar o discernimento para encontrar esse segredo de felicidade acessível através da pessoa de Jesus Cristo. Seria, dessa maneira, a liberdade do ser humano respondendo a Deus. Partimos, assim, para o próximo passo de nossa pesquisa onde buscaremos compreender a rica experiência de Santo Inácio de Loyola com sua doutrina sobre o discernimento, ensinamento de liberdade e de amor que busca ter como norma única a Lei do Espírito de Deus.

⁸⁰ Com essa afirmação, de maneira alguma Paulo isenta o homem da sua responsabilidade tanto na prática do bem quanto na prática do mal. Cf. Gl 2, 20.